



[Dossiê: A atualidade de Antonio Negri: poder constituinte, autonomia e crise da democracia]

Mario Tronti no Império negriano

Mario Tronti in Negri's Empire

Homero Santiago¹

¹ Universidade de São Paulo, São Paulo, São Paulo, Brasil. E-mail: homero@usp.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0610-9993>.

Artigo recebido em 29/07/2025 e aceito em 10/08/2025.



Este é um artigo em acesso aberto distribuído nos termos da Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional



Resumo

Ao afirmar que são “as lutas, *dentro e contra* o comando capitalista, que fazem a história”, Antonio Negri elabora uma síntese perfeita de um dos aspectos mais notáveis das obras que ele publicou com Michael Hardt, sobretudo *Império*, de 2000: o resgate da política, em sentido amplo e substantivo, e do lugar determinante das lutas não somente na transformação como na própria constituição do ser social. Essa tese forte tem sua matriz na obra de Mario Tronti, especialmente no ensaio “Lênin na Inglaterra”, publicado em 1964. Nossa intenção é investigar o entorno e o teor da tese trontiana a fim de melhor entender como e por que ela serve de referência maior à obra negriana. Como outrora Tronti disse ser fundamental levar Lênin para o centro do capitalismo, Negri considera imprescindível situar Tronti no âmbito do Império que emergiu com a globalização.

Palavras-chave: Mario Tronti; Antonio Negri; luta de classes.

Abstract

By stating that “the struggles, *within and against* the capitalist command, are what make history”, Antonio Negri offers a perfect synthesis of one of the most notable aspects of the works he published with Michael Hardt, especially *Empire* (2000): the recovery of politics, in a broad and substantive sense, and the determining role of struggles not only in transformation but in the very constitution of the social being. This strong thesis has its roots in the work of Mario Tronti, especially in the essay “Lenin in England” (1964). Our intention is to investigate the context of the Trontian thesis to better understand how it can serve as a major reference for Negri's work. Just as Tronti once stated that it was essential to bring Lenin to the heart of capitalism, Negri considers indispensable to place Tronti at the core of the Empire that emerged with globalization.

Keywords: Mario Tronti; Antonio Negri; Class struggle.



“Assim, de novo descobrimos que são as lutas, dentro e contra o comando capitalista, que fazem a história”.
Negri, 2003: 38.

De Negri a Tronti

Uma das teses mais surpreendentes de Antonio Negri é a afirmação do poder constituinte da multidão como se expressa em suas lutas: uma potência tal que faz as vezes de verdadeiro motor do desenvolvimento do sistema que, no entanto, domina e explora a própria multidão, a saber, o capitalismo. Este, com efeito, sempre na dependência do trabalho vivo que produz toda a riqueza, é uma espécie de “regime vampiro” (Hardt; Negri, 2005: 80) que, além de sugar a multidão, mostra-se incapaz de controlar inteiramente os mecanismos de exploração e dominar o próprio desenvolvimento, ao menos positivamente, já que não pode desenvolver-se técnica e politicamente senão reestruturando-se por meio das reações despertadas pelas lutas anticapitalistas. É assim, por exemplo, que ao abirmos o capítulo “alternativas dentro do Império” de *Império* descobrimos, entre espantados e incrédulos, que o processo de globalização, isto é, a construção do Império e de suas redes globais, mais não é senão uma “resposta” às lutas internacionalistas da multidão e confronto de classes ditado pelo “desejo de libertação” do proletariado (Hardt; Negri, 2005: 69-70). Tanto o é, que os autores concluem taxativamente: “a multidão exigiu o nascimento do Império” (Hardt; Negri, 2005: 62); quer dizer – e que sirva a afirmação de síntese da estupefação que toma o leitor –, aquilo por que o proletariado nacional e internacionalista lutava “tornou-se realidade, apesar da sua derrota” (Hardt; Negri, 2005: 69). Mais ainda, a manutenção desse processo e do atual estado de coisas, não se explica de forma diferente, já que “Os processos de globalização não existiriam, ou seriam suspensos, senão fossem continuamente frustrados e impedidos por explosões multitudinárias que tocam imediatamente os mais altos níveis do poder imperial.” (Hardt; Negri, 2005: 78)

Sublinhemos essa genial reversão de *ponto de vista*, um expediente corriqueiro em Negri e Hardt e que ao fim e ao cabo revela-se um dos elementos seminais do inequívoco, e amiúde otimista, espírito de militância de seus textos. De acordo com o ponto de vista (e veremos quão importante é tal noção) o que era dura derrota torna-se uma inspiradora vitória; o que parecia só resistência determinada por níveis atroz de exploração passa a



genuína expressão de um desejo de liberdade; o que poderia ser apenas reação desvela-se motor do sistema; o desenvolvimento técnico que faz as vezes de menina dos olhos do capital, a bem estimar, é apenas o nome da cadeia de respostas, reestruturações, a que o sistema vê-se coagido a fim de reimpor o controle sobre uma classe trabalhadora arredia. Os efeitos da análise, como é notório, não são de pouca monta. Brevemente: passagem do objetivo ao subjetivo, do determinismo e mecanicismo causais à possibilidade de luta, da revolução concebida de modo objetivista (aquela que ocorreria fatalmente em razão de uma contradição sistêmica insuperável) à revolução como acontecimento determinado pelo cúmulo das lutas multitudinárias que se espalham por todo o globo.

Ora, ainda que essas afirmações inusitadas constituam um dos traços mais característicos de um livro como *Império*, não são novas. Decorrem, às vezes diretamente, do operaísmo italiano e da formulação daquele que foi um dos seus maiores nomes, Mario Tronti. Como o próprio Negri explica, nos anos 1960-1970, era necessário reverter a interpretação tradicional de Marx e foram os operaístas e em primeiro lugar Tronti, que tiveram o mérito de mostrar que “a classe operária era [...] o motor de todo desenvolvimento através da luta” (Negri, 2003: 39). Com efeito, para Tronti, a essência mesma do operaísmo era um método ou uma visada peculiar da vida sócio-econômico-política que afirmava que “a centralidade não é a da ordem, mas a do conflito”; para ele, o operaísmo era, primordialmente, “uma cultura e uma prática do conflito” (Tronti, 2005: 307). Essa noção atravessa os ensaios de *Operários e capital*, obra trontiana fundamental, e estabelece o *antagonismo* como solo da análise política. Porque não existe a possibilidade de uma verdade total, não há uma classe privilegiada que possa ser a portadora da verdade, revolucionar o mundo e restabelecer a paz social; necessário então é reconhecer o conflito por base e produzir a reafirmação rigorosa da história como *história das lutas*. Não há um todo fora do antagonismo, e talvez mesmo por isso o conhecimento claramente deva vincular-se (é um quesito forte) a um sentimento, o do ódio de classe, que é verdadeiro na medida em que concentra a verdade íntima do antagonismo, o qual dá princípio básico de toda análise que se pretenda marxista: “o princípio é a luta de classe operária” (Tronti, 2006: 87).

Nosso objetivo é compreender alguns aspectos do pensamento trontiano, especificamente aqueles que subjazem a tese central de que as lutas fazem a história e, por isso, são o motor do desenvolvimento capitalista, a qual Negri afirma ter sido redescoberta e revigorada com o advento do Império. Esperamos que assim a tese



negriana, que não mereceu poucas críticas, mostre-se pelo menos mais palatável, a invés de um passe de prestidigitação teórica uma afirmação conectada com a tradição do operaísmo italiano e inspirada em toda uma série de investigações e discussões da maior relevância. Para isso, abordaremos alguns textos de *Operários e capital* (cuja primeira edição é de 1966 e traz textos redigidos entre 62-64) e principalmente aquele que é considerado o mais importante texto troniano: “Lênin na Inglaterra”, que para Negri, das obras de juventude até a trilogia composta por *Império*, *Multidão* e *Comum*, foi fonte de inspiração de todo um programa de pesquisa e um modo peculiar de abordar e compreender os fatos.

Reler Marx, com um olho em Lênin

“Operaísmo” é a designação geral que se aplicou a uma corrente de pensamento marxista italiana formada por um grupo que começou a reunir-se na virada das décadas de 1950-1960, capitaneado por Raniero Panzieri, e foi responsável pela publicação dos *Quaderni rossi*, a partir de 1961. Como todo bom agrupamento de esquerda, o operaísta também conhece uma vida atribulada por impasses e rupturas; no entanto, pouco importando como detalhar as suas teses ou contar a sua história, pondo de lado as incontornáveis diferenças, um dado geral inquestionável é que o operaísmo se esforçou, desde os seus inícios, em reler as obras de Marx, a fim de depurá-las tanto das interpretações oficiais do Partido Comunista Italiano (inclusive a gramsciana que fora apropriada e era manipulada pelo secretário-geral Palmiro Togliatti), quanto de leituras filosóficas (existencialistas, frankfurtianas e que tais) que teriam abandonado o que, da perspectiva operaísta, constituía o âmago do legado marxiano, isto é, a compreensão científica do desenvolvimento do capital com vista à luta política revolucionária. Não por outra razão, os maiores desafios da releitura de Marx efetuada pelo grupo conectam-se ao imperativo de recompor o pensamento e os fatos, a teoria e prática; e daí ser compreensível que um dos modelos para o empreendimento seja não outro que Lênin, o qual, em seu tempo, soube admiravelmente adequar e aplicar a sua própria realidade a análise científica de Marx (compondo ainda jovem *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*, obra exemplar para os operaístas) combinando-a com a militância e a busca de uma resposta eficaz à mais importante das interrogações políticas: *o que fazer?* A questão que a partir daí se



coloca, introduz-nos à tensão entre teoria e prática como se configura no grupo operaísta e particularmente em Mario Tronti.

O operaísmo nunca se pretendeu um movimento puramente teórico e muito menos filosófico. Ao contrário, as suas pretensões práticas imediatas vez por outra penderam para à execração da teoria pura. Adverte Tronti, por exemplo, na introdução de *Operários e capital*, que o que se deseja é “ler diretamente nas coisas sem a nojenta (*sporca*) mediação dos livros”, “deslocar com violência os fatos, sem as velhacarias do intelectual contemplativo” (Tronti, 2006: 19); e sendo essa uma lição que só se aprende na escola de Lênin, mister é frequentá-la até absorver a “iniciativa leninista da ruptura prática” (Tronti, 2006: 7). Essa manifesta intenção nos encaminha para a constituição do que Tronti e alguns companheiros denominam “ciência operária”: um saber cuja verdade se extrai diretamente, sem a mediação dos livros, dos fatos e da história; é essa verdade prática que permite, retomemos, “deslocar com violência os fatos”; em resumo, a suprema verdade dessa ciência é a revolução e seu critério é a capacidade de transformar e revolucionar o mundo. Entretanto, justamente por isso é que, apesar do desprezo mais ou menos programático pela teoria, é inevitável ao operaísmo esgrimir no campo teórico, a ponto de tomar a forma de um movimento, se não puramente teórico, também teórico. Quer dizer, a má vontade com a teoria não pode simplesmente descartar, a bem da lucidez da consciência, um trabalho teórico cerrado e, nesse terreno, o exercício de uma inventividade admirável. Talvez não pudesse mesmo ser diferente, especialmente naquele período em que a pujança do capitalismo central já levava certos intelectuais a decretar o fim das ideologias e da luta de classes e, do lado dos partidos políticos, com destaque para o PCI, vendia-se à guisa de verdade inscrita nas estrelas a necessidade de integrar-se ao sistema parlamentar e recusar o enfrentamento direto. A pretensa integração da classe operária ao sistema e o obscurecimento da alternativa revolucionária, que muitos corroboravam invocando paradoxalmente o marxismo, constituíam o problema mais imediato posto à investigação operaísta e, por consequência, a pedra de toque de uma releitura de Marx. Logo, é uma exigência eminentemente prática que exige um trabalho teórico renovado e capaz de inventar uma nova prática adequada ao estágio do capitalismo mais recente, o qual os operaístas denominavam às vezes “neocapitalismo”.

É na escola leninista, argumenta Tronti, que se descobre que a contemplação pura é inútil porque a tática do movimento “não está escrita de uma vez para sempre nas tábuas da lei”. Por isso mesmo não é nos céus ou, trocando a metáfora pela realidade, no



decálogo do PCI que se descobrirá a tática acertada. É necessário ir aos fatos, saber avaliá-los, julgá-los, pois a tática

é invenção cotidiana, é aderência às coisas reais e, ao mesmo tempo, liberdade em relação às ideias-mestras, uma espécie de imaginação produtiva que sozinha consegue fazer funcionar o pensamento em meio aos acontecimentos, e o verdadeiro passar a fazer (Tronti, 2006: 19).

Todavia (e frisemos a adversativa), ao final do trecho em tela o mesmo autor pondera, de maneira ortodoxamente leninista, que a invenção cotidiana que permite o genuíno “passar a fazer” só se realiza efetivamente “para quem sabe *o que* fazer” (Tronti, 2006: 19). Noutros termos, o questionamento “o que fazer?” cobra uma resposta cuja eficácia depende da adequada combinação entre o fazer e o saber o que deve ser feito. Eis o papel da teoria. Um saber é imprescindível e sem ele estaremos às voltas com o erro, o voluntarismo pequeno-burguês, o militantismo infantil da pior espécie. Era o que Lênin sabia muito bem e sobre o que insistiu numa das mais célebres considerações de *O que fazer*:

Sem teoria revolucionária não pode haver movimento revolucionário. Nunca é demais repisar essa ideia nesta época em que a defesa do oportunismo em voga anda de mãos dadas com a sedução das formas mais estreitas da ação prática. (Lênin, 2006: 128)

Aluno aplicado da escola leninista, Tronti está convicto de que naquele momento de lusco-fusco, em que certezas caducaram sem que a novidade fosse já discernível, a ação não pode prescindir dos livros; em palavras enfáticas: “se para agir é necessário escrever, como nível a luta estamos atrasados” (Tronti, 2006: 14); e de fato assim é, e por isso são úteis novos livros, os quais, ao invés da suja mediação entre nós e os fatos, despertem-nos para o que há de novo. O comunista deve ter clareza que não escolhe as armas que quer, simplesmente; o inimigo não o permite – “numa sociedade inimiga não há livre escolha dos meios para combatê-la” (Tronti, 2006: 14). Mesmo que isso aponta para um nível de lutas retraído, é a realidade, e não se tem o direito de dar-lhe as costas. Por consequência, em Tronti estabelece-se a exigência de formular um discurso que é teórico, que se sabe teórico e que se quer teórico por respeito à realidade e aos obstáculos reais que esta impõe. “O renascimento teórico do ponto de vista operário se impõe hoje pelas necessidades mesmas da luta.” (Tronti, 2006: 8) O ensaio “Velha tática para uma nova estratégia” resume assim o problema crucial: “como tornar imediatamente prático um discurso que tem, e quer ter nesta fase, um caráter de teoria política”? (Tronti, 2006: 94).



Os sinais dessa interrogação ressaltam em “Marx ontem e hoje”, o ensaio de abertura de *Operários e capital*, datado de janeiro de 1962, que esboça uma espécie de programa de leitura dos textos marxianos o qual, ao menos no que se refere às diretrizes metódicas, pode-se entender compartilhado *mutatis mutandis* por todo o operaísmo (o que está longe de ser o caso de “Lênin na Inglaterra”, vale notar). Em especial, salienta-se ali que Marx deve ser retomado e relido à luz do capitalismo contemporâneo e tendo como meta a movimentação revolucionária. Acompanhemos por um momento as explicações de Tronti.

Marx constitui uma aquisição que precisa ser acatada. Um físico pode até esquecer Newton, já um analista social não pode desprezar Marx. De fato, ao passo que Newton foi já revisto pela física do século XX, no campo da sociologia “devem passar várias gerações antes que possa surgir um Einstein. Este não aparecerá enquanto a obra de Marx não tiver dado todos os seus frutos históricos” (Tronti, 2006: 27). A comparação, emprestada a Rudolf Schlesinger, é carregada de uma reveladora ambivalência e, precisamente por isso, sintetiza a “hipótese de trabalho” trontiana. Se por um lado o marxismo (de Marx, bem entendido) é uma aquisição definitiva que revolucionou toda a ciência do social, por outro vislumbra-se a urgência de ir *além* de Marx – marxianamente, por fidelidade ao próprio pensador, como a física foi além de Newton apoiando-se nele. Não cremos abusado caracterizar essa direção de leitura mediante o bordão com que Negri intitulará seu estudo sobre os *Grundrisse* de meados da década 1970 (Negri, 2016): propunha Tronti ler um “Marx além de Marx”. Alguns poderão pensar que assim é porque Marx está esgotado; mas não, é o inverso; precisa ser assim devido à inesgotabilidade do marxismo, a qual deve voltar-se contra dois inimigos da leitura operaísta: primeiro, a dos comunistas que embalsamaram Marx por meio de uma mumificadora interpretação reformista que justifica a integração ao sistema ao mesmo tempo em que chancela o centralismo partidário; em segundo, o ponto de vista pequeno-burguês que se deslumbra com o tema da alienação, como exemplificado nos “romances existencialistas”, e “para extasiado diante de algumas frases infelizes dos *Manuscritos econômico-filosóficos*” (Tronti, 2006: 28). Urge uma “depuração” que, sem a pretensão de ir ao verdadeiro Marx, patenteie a sua fecundidade para a luta política.

Não se trata de opor uma neoescolástica de *marxistas puros* à velha academia dos *marxistas vulgares*. É preciso levar a luta para o nível real: conceber a própria tarefa teórica como um momento da luta de classe. (Tronti, 2006: 32)



A releitura de Marx deverá redescobrir um Marx vivo, um autor que segue frutificando e que, conduzido ao limite de sua potência teórica, possibilite novos vislumbres e inéditas perspectivas sobre o difícil caminho rumo à revolução. Algo a ser feito sob manifesta inspiração leninista, ou seja, determinando de antemão uma triangulação entre a interpretação de Marx, a atual etapa do desenvolvimento do capital e o momento da luta anticapitalista.

Quero dizer que não se trata hoje de recomeçar o caminho desde *antes de Marx*, nem de retomá-lo desde *depois de Lênin*. Trata-se talvez – e digo isso de modo conscientemente provocatório – trata-se talvez de fazer *de novo* o salto de Marx a Lênin. (Tronti, 2006: 34)

O programa trontiano, como esboçado no ensaio que estamos analisando, parte de um princípio destinado a subverter as más leituras pequeno-burguesas e comunista-partidárias; um princípio que ele julga genuinamente marxista e que, por isso mesmo, implica de maneira frutuosamente ambivalente ir além de Marx por fidelidade a Marx. Se a intenção é “retomar o discurso sobre a validade atual de algumas das afirmações marxistas”, é crucial – eis o mencionado princípio – “pôr Marx em confronto não com o seu tempo, mas com o *nosso* tempo. O *Capital* deve ser julgado com base no *capitalismo de hoje*” (Tronti, 2006: 27), isto é, com o neocapitalismo que se desenvolveu nos países centrais do sistema capitalista após a Segunda Guerra. Essa diretriz, compartilhada pelos textos operaístas em geral, encontra esteio numa conhecida afirmação dos *Grundrisse* segundo a qual “a anatomia do ser humano é uma chave para a anatomia do macaco” (Marx, 2011: 58) – e não custa observar como até nos mais recentes textos de Negri essas palavras marxianas lhe fornecem preciosas bases metodológicas (para um único exemplo, ver Negri, 2003, 35 e seg.). Conforme essa “tese fundamental” de Marx, aduz programaticamente Tronti (2006: 28), “o nível mais desenvolvido explica o nível mais atrasado e não o inverso”, ou seja, a verdade do capitalismo é o atual estágio do desenvolvimento capitalista. O marxismo está longe do esgotamento exatamente porque serve à análise do capitalismo e da luta política mais atuais, contanto que seja adequadamente lido à luz dos problemas do capital e da luta política contemporâneos. Marx não compôs cartilhas a servir aos quadros do PCI nem aos queixumes parisienses e frankfurtianos; ele trabalhou teoricamente pela revolução, e ninguém o percebeu tão bem quanto Lênin, que sem dar ouvidos às vozes tantas em contrário soube criteriosamente, movido por um ânimo e um poder de decisão inigualáveis, levar Marx a São Petersburgo.



Diga-se o que se quiser, feitas as devidas contas, cabe ler Marx de maneira marxista, da forma como Marx lia os antigos tanto quanto os seus contemporâneos.

A verificação de um pensamento se faz não com o terreno social que aparentemente o produziu, mas com aquele que depois o superou: porque é exato este último que em realidade produziu aquele. Assim Marx punha Hegel em confronto não com a situação atrasada da Alemanha semifeudal, mas com os desenvolvimentos mais avançados da Europa capitalista; e constringia Ricardo a dar uma resposta premente aos problemas que o próprio tempo lhe punha. (Tronti, 2006: 28)

Enfim, como será concebido e abordado o *Capital*? À guisa de análise rigorosamente científica de um sistema que é um processo social em incessante desenvolvimento e cujo fundo é a exploração. Essa verdade, porém, só se apresenta como tal em consonância com o momento presente do desenvolvimento de seu objeto e, uma vez que esse objeto é o capital e a meta é a destruição do próprio capital, à luz das lutas anticapitalistas do período. Anacronismo condenável, como aquele inclusive que alguns quiseram condenar na leitura e no uso que Negri fez de filósofos como Maquiavel, Descartes, Espinosa, e outros? Não necessariamente. A impressão de anacronismo deriva de uma concepção de tempo pobre, puramente cronológica. De um ponto de vista clássico, tudo muda. Para Marx, o clássico nunca foi o que está no passado, mas o está à frente, como verdade do presente revelada à luz do futuro; é o ponto plenamente desenvolvido, o concreto no sentido mais forte do termo; por isso mesmo o *Capital* analisava o capitalismo na Inglaterra, o ponto mais desenvolvido, ainda que a maior parte do mundo nem se aproximasse desse estágio. É que ali estava a verdade. “O desenvolvimento capitalista é a *verdade* do próprio capitalismo” (Tronti, 2006: 28); o que justifica que, na Itália dos anos 1960, a análise de tal desenvolvimento continue indicando “o nó histórico de todos os problemas” (Tronti, 2006: 55). Eis, pois, que uma conclusão se impunha: era imprescindível levar Marx a Detroit.

Marx em Detroit

Durante os “30 anos gloriosos” que se seguem à Segunda Guerra, o centro do capitalismo mundial parecia ter encontrado a fórmula da pacificação social; no caso europeu, em particular, embalado pelo Plano Marshall e pela criação do Mercado Comum Europeu o ideário social-democrata torna-se hegemônico. O assim chamado “pacto keynesiano”



funciona a contento combinando alta produtividade, altos salários e consumo intenso; a crer no influente diagnóstico de Herbert Marcuse em *O homem unidimensional*, de 1964, a classe trabalhadora integra-se plenamente ao sistema e a revolução sai do horizonte. O quadro, negro ou colorido a depender da inclinação política do juiz, vale tanto mais para a Itália. Entre 51-58 o país cresce a uma média de 5,5%, entre 58-63 a 6,5% ao ano (em 61, atinge 8%); no Norte, o progresso da atividade industrial é vertiginoso, em particular no triângulo delimitado pelas cidades de Turim, Gênova e Milão. Sob qualquer ângulo que se analise, as condições de vida mudam e resta a impressão de que a Itália finalmente vai vencendo seu descompasso histórico com o Norte da Europa (em geral, ver Ginsborg, 2006, 283 e seg.). Está aí o mote de muitas cenas antológicas do felliniano *La dolce vita*, de 1960. Um helicóptero sobrevoa a Cidade Eterna transportando uma estátua clássica; publicidade por toda, sofisticação e pessoas elegantes na via Veneto; um ator norte-americano travestido de romano, festa e rock em cenários latinos; a estrela hollywoodiana é recebida com pizza. Não obstante todo sarcasmo, o filme vale sociologicamente como um excelente retrato do momento miraculoso vivido pelos italianos, ou por uma parte considerável deles. Do ponto de vista político, durante os anos 50 são poucas as greves e a apatia parece impor-se, enleado inclusive sindicatos e partidos políticos outrora tão combativos; sintomaticamente, em entrevista de janeiro de 1960, o presidente da FIAT Vittorio Valletta faz uma revelação: “sempre tive fé nos operários [...]. Hoje o comunismo não é mais um problema na FIAT.” (apud Castronovo, 2005: 475)

Pois bem, tomada a conjuntura por esse ângulo, não se afigura pequeno o problema teórico de um grupo que, recordemos a caracterização de Tronti, tem o conflito por chave compreensiva da vida social e política. Onde andaria escondido, naqueles anos, esse bendito antagonismo? Cadê as manifestações da já para alguns mitológica luta de classes? Para falar em bom português, descansava aí o espinhoso abacaxi operaísta. Tentarão descascá-lo renovando o ponto de vista. À medida que se afastavam do “chão da fábrica” e se concentravam na política parlamentar, socialistas e comunistas foram se convencendo que não acontecia nada; assim, tornaram-se cegos e surdos para o novo, cultivando uma visão estática do processo em curso. A constatação básica de que parte o operaísmo é que não se sabe o que está acontecendo. Não por outra razão, para eles, faz-se premente iniciar uma ampla investigação, e nesse intuito lançam-se numa empenhada pesquisa junto aos trabalhadores (a legendária *coricerca*) para compreender a nova situação da



classe operária em face das mudanças na gestão e nas cadeias produtivas do capital: *o que teria virado a classe operária a partir disso e ao responder politicamente a isso?*

É a tentativa de resposta a essa interrogação que exige a curiosa operação de conduzir Marx à capital do automóvel americana. Sob a fórmula “Marx em Detroit”, que Tronti (2006: 293 e seg.) utiliza para nomear uma seção de *Operários e capital*, cabe entender o esforço de medir o legado marxiano pelo metro do neocapitalismo, notadamente o norte-americano. O interesse dos operaístas pelos EUA é enorme, já que o país naturalmente ocupava o lugar que no século XIX coubera à Inglaterra. É lá que se encontra o desenvolvimento mais intenso, e portanto o mais verdadeiro. Detroit é o centro da indústria automobilística e simboliza o ponto mais avançado do capitalismo, ali onde o sistema assume novas formas e adota novas estratégias; o nome da cidade remete a uma nova época, a da “regulação fordista keynesiana da economia americana”, cujo marco foram os Acordos de Detroit, de 1950.

Celebrado entre o UAW [United Auto Workers] e a General Motors, o contrato de trabalho de 1950, com validade de cinco anos, garantia pensões, seguro-saúde, ganhos de produtividade e reposição da inflação, constituindo, portanto, ganhos salariais reais para os trabalhadores e um sistema privado de bem-estar. [...] Os sindicatos, por seu lado, comprometiam-se a combater greves não autorizadas (*wildcat strikes*) e consentiam no pleno poder das companhias em “dirigir” seus negócios, abrindo mão, definitivamente, da democracia industrial, de discussões sobre inovações tecnológicas e acerca da construção de uma nova economia política para o capitalismo americano. [...] Seja como for, a promoção estatal da contratação coletiva do trabalho [...] contribuiu para que os salários operários se tornassem aptos a sustentarem a demanda de uma economia de produção em massa de bens de consumo duráveis. Além da produção em massa passou a existir, também, o consumo de massa. (Limonic, 2009: 238-239)

Seria absolutamente impossível tentar sequer aflorar toda a riqueza teórico-prática da leitura de Marx empreendida pelos operaístas segundo aquela triangulação que acima descrevemos; textos serão resgatados do esquecimento (os *Grundrisse* e em primeiro lugar o assim chamado “fragmento sobre as máquinas”), uma gama de temas serão enfatizados, outros surgirão: a intensa generalização da relação de capital e a subsunção real das várias esferas da vida à cadeia produtiva, a noção de plano do capital, o uso da tecnologia, o operário-massa, e por aí vai – tópicos que, não por acaso, encontramos meticulosamente estudados em muitos dos trabalhos do jovem Negri da década de 60 (ver, por exemplos, os textos reunidos em Negri, 2012). De qualquer modo, a fim de prosseguir, importa ressaltar pelo menos um aspecto dessa empresa intelectual cujo fim, jamais esqueçamos, é a revolução: a redescoberta do antagonismo como fundamento do



sistema capitalista, o que se patenteia suficientemente pelo conceito operaísta de *fábrica social*.

Após um decênio sem enfrentamentos, algo novo parece surgir no Norte industrial da Itália; o signo da virada sobrevém em julho de 1962. Uma greve na FIAT ultrapassa os muros da fábrica de Mirafiori (então a maior planta industrial do mundo) e ganha as ruas de Turim; os sindicatos são avessos ao movimento, a sede de um deles é atacada; na central Piazza Statuto, os operários se entrincheiram e enfrentam a polícia por dois ou três dias (ver Lanzardo, 1979). Os estudiosos costumam registrar ali o batismo de fogo de um novo personagem que se gestara no curso do milagre econômico italiano e cujas lutas se estenderão, nos antípodas do reformismo da esquerda parlamentar, ao menos até 1968-69, no Outono Quente: o *operário-massa*, figura conceitual que ganha corpo, carne e sangue, que se insurge na FIAT, espalha-se pela cidade e enfrenta a polícia. Ainda no calor da hora, em brevíssima análise publicada em agosto de 62, Tronti (2008: 196) chama a atenção para um aspecto curioso: “os operários da FIAT se encontram, em greve, todos fora da fábrica com base na organização da produção *interna* da fábrica”.

Para nós, a observação é preciosa, pois indica claramente como um conceito chave do operaísmo situa-se na intersecção entre a teoria e os fatos, a leitura renovada de Marx e o retorno da atenção ao chão da fábrica e à movimentação da classe operária. A greve na FIAT transpõe os muros fabris, não obstante, fora da fábrica, age segundo a lógica fabril; é como se a fábrica se tivesse alastrado para o seu exterior a a lógica do capitalismo mais avançado disseminado-se pelo tecido social. Ao colher o fato, a teoria compreende que os grevistas já não estavam, senão empiricamente, fora da fábrica, pois se encontravam no interior de uma nova e enorme planta produtiva, uma *fábrica social*, tal como explicado no ensaio “A fábrica e a sociedade”, também de 1962:

No nível mais alto do desenvolvimento capitalista, a relação social torna-se um *momento* da relação de produção, a sociedade inteira torna-se uma *articulação* da produção, isto é, toda a sociedade vive em função da fábrica e a fábrica estende o seu domínio exclusivo sobre toda a sociedade. (Tronti, 2006: 48)

Noutro ensaio, “O plano do capital” publicado no ano seguinte, Tronti tocará o mesmo tema, ao considerar a nova situação da classe operária dentro do estágio contemporâneo do capitalismo e tirar consequências de suma importância. A extensão da lógica da produção capitalista a todos os meandros da sociedade, na medida em que



determina o estabelecimento de uma fábrica social (abarcando também a sociedade civil e o Estado), ao mesmo tempo leva ao limite a *contradição* propriamente fabril.

Quanto mais o capital consegue organizar a si mesmo, tanto mais é obrigado a organizar, para si mesma, a classe operária. Até que a classe operária não precise mais de fazer-se *espelho* de todas as contradições sociais; pode espelhar diretamente a si mesma como contradição da sociedade. (Tronti, 2006: 76)

Doravante, o antagonismo normal entre patrão e operário, explorados e exploradores, generaliza-se e potencialmente manifesta-se por toda parte, sem subterfúgios. Os operários encarnam uma contradição que já não é apenas a deles, mas a de todo o corpo social; no fundo, cada greve (econômica ou política, tanto faz) configura-se imediatamente uma afronta ao poder do capital sobre a inteira sociedade.

Os capitalistas o sabem bem: a generalização real da condição operária pode tornar a sugerir a aparência de sua extinção formal. É sobre essa base que o poder operário *específico* é imediatamente absorvido pelo conceito *genérico* de soberania popular; a mediação política serve aqui para fazer funcionar *pacificamente* o conteúdo explosivo da força produtiva operária dentro das belas formas da moderna relação de produção capitalista. Por isso, nesse nível, quando a *classe operária* recusa politicamente fazer-se *povo*, não se fecha, abre-se a via mais direta para a revolução socialista. (Tronti, 2006: 77)

Se uma artimanha corriqueira do capital e dos seus aliados reformistas sempre foi invocar a figura genérica do “povo”, negaceando os seus próprios interesses particulares (ladainhas do tipo “todo o povo deve contribuir para a prosperidade nacional”, etc.), a coisa ora se reverte. Com a generalização do capitalismo, também a classe operária se generalizou e, em vez de um povo, todos passam a integrar essa classe. Claro que não num sentido empírico, como se todos metessem um macacão e fossem bater cartão na FIAT, mas porque todos estão numa enorme fábrica social, produzindo e sendo igualmente explorados. A expansão do domínio capital implica a máxima expansão da exploração. Por consequência, o antagonismo fundamental, que parecia morto, pode insurgir-se em qualquer parte mais forte do que nunca.

É o desenvolvimento do capital, como afirmado, que revela a verdade do capitalismo. Qual verdade? A sua contradição fundamental. Em seu processo de desenvolvimento o capital simplifica a sua própria história, explica Tronti; despoja-se de contradições inessenciais, “para descobrir aquela contradição *de fundo*, que ao mesmo tempo o revela e o condena” (Tronti, 2006: 28). Agora, preto no branco, ou é explorador ou é explorado, não há espaço para peleguismo e conchavos. O “segredo” do sistema é essa contradição entre polos inconciliáveis, aquilo que Tronti (2006: 30) nomeia o “*fato* da



exploração”; fato originário, o elemento mais simples, o fundamento que subjaz todo o sistema e lhe confere uma essência própria que não admite mais ser mascarada.

Ora, se é a ênfase na análise do desenvolvimento que permite individualizar esse antagonismo de base, o “fato da exploração”, é a tal descoberta, ou antes, redescoberta, pois Marx já o sabia bem, que toca orientar a crítica ao sistema. Hoje, afirma-se, a luta de classe deve exprimir-se “entre *teoria* operária e *ideologias* burguesas” (Tronti, 2006: 28) e para isso, de novo, é preciso insistir na análise do capitalismo em seu desenvolvimento, pois é este que dá a especificidade do que seja a ideologia e de como se elaborará a crítica a ela. Compreendamos: visto que o fundo do sistema é antagonismo e luta, a ideologia será sempre uma maneira de mistificar e obscurecer esse fato; um produto do “ponto de vista burguês” que, ao contemplar o desenvolvimento, produz um interesseiro obscurecimento do antagonismo e uma mistificação das lutas, de forma a poder apregoar a paz social. Eis por que “*uma ideologia é sempre burguesa*”, veicula invariavelmente “o ponto de vista *burguês* sobre a sociedade *burguesa*”, e o que às vezes se denomina “ideologia operária” não passa de malandra supressão do antagonismo por meio do “reformismo”, isto é, “modo *mistificado* através do qual é *exprimida* e ao mesmo tempo *revertida* a sua [da classe operária] função revolucionária” (Tronti, 2006: 30-31).

Não se pense, porém, que o operaísmo vá assumir a forma de algo aparentado àquilo que Perry Anderson chamou de “marxismo ocidental”, abarcando correntes de pensamento marxista em que a crítica à ideologia tomou a dianteira sobre os demais temas da tradição de esquerda. Longe disso. Marx é convocado a trabalhar em Detroit, não a prodigar queixumes nas academias. Combater a ideologia e simultaneamente pôr a descoberto o antagonismo e a exploração é algo que não se faz senão pela análise científica do capital, como Tronti não deixa dúvida ao estipular a ordem das tarefas: “hoje a *análise do capitalismo* deve em certo sentido preceder a *crítica da ideologia*, no sentido de que deve *fundá-la*” (Tronti, 2006: 34). Com a ênfase no “fato da exploração” e no decorrente antagonismo, não há mais lugar para iludir-se com qualquer sonho de totalidade ou sociedade reconciliada; abandonando completamente as ilusões do progresso ou do interesse geral, da nação ou do povo, é imprescindível assumir “um ponto de vista rigorosamente operário” (Tronti, 2006: 82), isto é, um ponto de vista unilateral, parcial, classista, e que pouco caso faça da síntese. Para Tronti, não há mais espaço para a assunção da dialética como método privilegiado para a análise do sistema e das lutas, ou ao menos não a dialética como entendida pelo operaísmo (e ainda pelo Negri maduro) à



maneira de ciência da harmonização dos polos antagônicos que teria por fim um ponto de vista total. Em troca, Tronti insiste sobre a impossibilidade, naquela etapa do capitalismo, de se lóbrigar qualquer síntese ou consciência do todo que sobreviesse por obra de uma classe privilegiada. Pelo contrário, o saber a que se deve visar é conscientemente interessado e parcial.

Porque a *síntese* pode ser hoje só *unilateral*, pode ser só conscienciosamente ciência de classe, de uma classe. Sobre a base do capital, o todo só pode ser compreendido pela parte. O conhecimento é ligado à luta. Conhece verdadeiramente quem verdadeiramente odeia. (Tronti, 2006: 10)

Ou ainda:

No curso do desenvolvimento que leva o capital social a fazer-se representante do interesse geral, a classe operária não pode senão começar a organizar o interesse *parcial*, a gerir diretamente o próprio *poder particular*. [...] Os operários não têm mais que contrapor o ideal de uma *verdadeira sociedade* àquela *falsa* do capital. (Tronti, 2006: 80)

É o capital, sim, que deseja a dialética e a síntese que pacifica mediante a invocação dos interesses gerais; a teoria revolucionária e anticapitalista, ao contrário, só pode ser antidialética, pois imbuída de ódio; ela busca uma verdade parcial e unilateral, pois aquela de um sistema que, fundado sobre a exploração, pauta-se pela parcialidade e pela unilateralidade. Pensar o contrário é recair na ideologia. Não há verdade total assim como não há uma classe que seja a portadora de uma verdade capaz revolucionar o mundo e restabelecer a paz; com Tronti, o que temos, junto com a redescoberta do antagonismo fundamental, é a reafirmação rigorosa da história como *história da luta de classes*. Não existe um todo fora do antagonismo, e talvez por isso mesmo o conhecimento claramente deva vincular-se (é uma tese trontiana forte) ao sentimento de ódio que o explorado lança ao explorador e que é verdadeiro na medida em que exprime a verdade primária do antagonismo de classe.

Todavia, convém acrescentar: esse é um princípio, não uma panaceia teórica, especialmente diante do problema da produção de um novo discurso político. “Nós o sabemos. E antes de nós o sabia Lênin. E antes de Lênin, Marx descobrira, em sua própria experiência humana, que o ponto mais difícil é a passagem à organização” (Tronti, 2006: 93). Está interdito à pesquisa trontiana fornecer um programa detalhado ou coisa que o valha, não pode tomar o lugar da práxis; ainda assim, Tronti lança mão de uma nova perspectiva que tudo revira, aquela que ficará conhecida como a *revolução copernicana do operáismo* e que, não à toa, é reconhecível na base das análises negrianas do Império



e das lutas em seu interior. Atingimos destarte o âmago de “Lênin na Inglaterra”, ensaio datado de janeiro de 1964 e que se publica no primeiro número da revista *Classe operaia*, cujo lema aliás era uma reveladora afirmação de Marx: “Mas a revolução vai até o fundo das coisas. Está ainda atravessando o purgatório. Trabalha com método.” Trata-se de um texto curto que exprime a nova orientação, o “método” revolucionário, se se quiser, do grupo formado a partir da cisão nos *Quaderni rossi* (vale lembrar que o trabalho abre a segunda parte de *Operários e capital*, intitulada precisamente “Uma experiência política de tipo novo”).

A realidade da classe operária está ligada de modo definitivo ao nome de Marx. A necessidade da sua organização política está de modo igualmente definitivo ligada ao nome de Lênin. A estratégia leninista, com um golpe magistral, levou Marx a Petersburgo; só o ponto de vista operário podia ser capaz de semelhante audácia revolucionária. Tentemos fazer o caminho inverso, com o mesmo espírito científico de aventureira descoberta política. Lênin na Inglaterra é a investigação de uma nova prática marxista do partido operário: o tema da luta e da organização no mais alto nível de desenvolvimento político da classe operária. A esse nível, vale a pena convencer Marx a percorrer novamente “a misteriosa curva da reta de Lênin”. (Tronti, 2006: 93)

Lênin na Inglaterra

Voltemos por um momento aos eventos de Piazza Statuto, que para o grupo operaísta funcionou como um divisor de águas. Após a surpresa inicial comum, as análises começaram a divergir, sobretudo com a assinatura dos contratos coletivos em 1963: a classe operária que no ano anterior parecia à beira da revolução, não conquistou nada em termos políticos. Esquemáticamente, duas linhas de interpretação, com imediatas consequências para a ação militante, se impõem. De um lado, o grupo liderado por Panzieri critica contra a mitologização do que alguns classificam “anarquismo subproletariado” e afirma a necessidade de uma crítica das instituições tradicionais do movimento operário que não se pusesse fora do horizonte desse movimento; as lutas, ademais, deveriam se dar no nível do capital, eventualmente aproveitando as fragilidades do sistema, mas sabendo também recuar taticamente quando necessário. Já ao lado de Tronti reúne-se um grupo, em que está Negri, que avalia ter chegado o momento de dar um salto político e passar a um tipo de organização completamente novo; a questão é forçar o capital, os seus movimentos, e daí provém a problemática central de “Lênin na Inglaterra”, que é a partir dos pontos mais fortes do capital descobrir o maior vigor do



operariado: “lá onde mais potente é o domínio do capital, mais profunda se insinua a ameaça operária” (Tronti, 2006: 87). A tese parecerá louca, mas não é. Ou pelo menos suas razões de ser encontram esteio na observação diligente das lutas. Leiamos mais um trecho da análise trontiana de Piazza Statuto.

A FIAT teve interesse, por muito tempo, em manter no entorno, no próprio jardim um capitalismo atrasado: privilégio de casta e fascismo patronal [...] E dentro desse desenvolvimento a certo ponto há um salto. A produção capitalista é tal que não suporta a categoria da particularidade; tende por sua natureza à riqueza de universal; chegado a certo nível, precisa tornar *geral* esse nível antes de saltar ao nível seguinte. *A luta operária serve amiúde ao capital para colher a necessidade desse salto, é-lhe útil para acelerar e organizar os momentos seguintes do próprio desenvolvimento.* (Tronti, 2008: 194-195; grifos nossos)

Desvenda-se nessas linhas, colhida no calor de uma greve maciça e feroz, uma conexão absolutamente inusitada: o embate de classes serve de elemento determinante para o processo de desenvolvimento do capital, acelerando-o na medida em que ele se vê pressionado a responder à ação operária. Não é errado dizer que “Lênin na Inglaterra” resulta da meditação em torno dessa descoberta, que a análise de ocasião exprimem mas que provavelmente estava em amadurecimento, tirando as consequências dela para uma análise de fôlego do inteiro curso da história do capitalismo. Tomemos um outro exemplo, agora extraído do próprio ensaio de 1963.

Estamos na década de 1960 e encontra-se em consolidação o Mercado Comum Europeu, por toda parte as trocas se intensificam e se globalizam; Tronti fala em “mercado único mundial”, o que implica “*hoje* controle em nível internacional da força-trabalho social” (Tronti, 2006: 88). O capital de então, globalizando-se, torna-se homogêneo; a classe operária, por seu turno, não sofre o mesmo processo porque *já nasceu internacional e homogênea*. “E hoje é de fato a *unidade de movimento* da classe operária em nível mundial que impõe ao capital uma rápida recuperação de uma resposta unitária sua” (Tronti, 2006: 88). O capital nascente (não o global, mas o local) pôs o operário na fábrica, a trabalhar para produzir. O trabalho transformou-se, perdendo suas características concretas particulares, em valor de troca, uma mercadoria trocável por outras (por exemplo, dinheiro). Desse modo, o capital nascente fez a classe operária nascer já internacional porque homogênea, tal como o trabalho, pois que é trabalho abstrato, é equiparável a valor de troca. Daí a classe operária não se tornar internacional, ela já veio ao mundo assim. “A força-trabalho operária nasce já historicamente homogênea no plano internacional” (Tronti, 2006: 88). Finalmente, é tal classe desde



sempre internacional e homogênea que, por suas lutas, constringe o capital a se internacionalizar, e não o inverso, porque ele precisa dar respostas internacionais a um movimento antagônico que é internacional. O sistema se vai unificando, globalizando-se, na medida em que necessita responder de modo unitário a uma luta antissistema que desde o início foi unitária. Novamente, pois, o que descobrimos é que o capital aperta o passo de seu desenvolvimento, reestrutura-se, em resposta ao desafio imposto pela classe antagonista generalizada.

A cada ataque da classe operária, a resposta do capital é mais domínio ou uma nova forma de domínio por meio de uma reestruturação; ou seja, quanto mais luta, mais o capital reage e se desenvolve. “Desenvolvimento” é o nome da cadeia de reações do capital; e é nessa exata medida que a luta *constitui* o desenvolvimento do capital, segundo uma lei operária. Logo, devemos falar do desenvolvimento de um ponto de vista operário, abandonando definitivamente a perspectiva economicista. As lutas, sobretudo no neocapitalismo, desempenham uma função constituinte, como exprime Tronti (2006: 87) neste enunciado tético incisivo: “Ao nível do capital socialmente desenvolvido, o desenvolvimento capitalista é subordinado às lutas operárias, vem depois delas e a elas deve fazer corresponder o mecanismo político da própria produção.”

Essa virada de chave é estupenda. Um estudioso a denominou “a novidade mais escandalosa” do operaísmo (Wright, 2002: 94), e realmente é impossível exagerar os seus efeitos, principalmente ao permitir, sob a calma da superfície, discernir um subterrâneo que fervilha em luta de classe. Tronti adverte logo nas primeiras linhas de seu ensaio: “o equilíbrio do poder parece sólido; a relação das forças é desfavorável”; no entanto, voltemos a citar, “lá onde mais potente é o domínio do capital, mais profunda se insinua a ameaça operária”. Ora, isso “é fácil não ver. Precisa olhar longe e em profundidade a situação de classe da classe operária” (Tronti, 2006: 87; grifos nossos).

Assenta-se aí a *revolução copernicana* trontiana, a virada que constitui o “discurso novo” que ele formula. A expressão de talhe kantiano não é descabida e vale a pena algumas palavras sobre ela no intuito de lançar luz sobre o audaz volteio. Vejamos. Qual era a resposta kantiana ao problema do conhecimento? De que modo ele respondia à pergunta sobre como e o que podemos saber? Se sempre se buscou adequar o sujeito do conhecimento aos objetos, com a revolução copernicana apregoada pela *Crítica da razão pura* os objetos é que vão doravante adequarem-se ao sujeito, trazendo novas possibilidades à ciência humana.



Até hoje admitia-se que o nosso conhecimento se devia regular pelos objetos; porém, todas as tentativas para descobrir *a priori*, mediante conceitos, algo que ampliasse o nosso conhecimento, malograram-se com este pressuposto. Tentemos, pois, uma vez, experimentar se não se resolverão melhor as tarefas da metafísica, admitindo que os objetos se deveriam regular pelo nosso conhecimento. (Kant, 1985: 19-20)

No operáismo trontiano, similarmente, um renovado ponto de vista, nascido de um audaz giro analítico, propõe um novo experimento (ideia marcante tanto em Kant como em Tronti) que tudo muda. Invariavelmente se acreditou necessário a classe operária e suas lutas aos “objetos”, isto é, à economia e ao desenvolvimento do capital; tentaram por variados meios descobrir as leis da economia, formular os princípios que regem a história, etc., sempre em conformidade com um esforço objetivista de resultados bem duvidosos; ao cabo, só produziram a impressão de pasmaceira e de que o capital é esse leviatã automático que tudo pode. Eis o que precisa ser invertido. A perspectiva da análise deve recair sobre o sujeito, não o objeto, a fim de compreender e salientar a função *constituente* (como se fala em sujeito “constituente” no kantismo) do sujeito que é a classe operária. Para tanto, o passo primeiro é substituir à “explicação economicista” uma “explicação política” – “o ponto de vista operário busca uma explicação política” (Tronti, 2006: 88) – condizente com a ação antagônica operária que, contas feitas, põe o capital a desenvolver-se. De maneira certa, delinea-se aí uma investigação básica, a ser cumprida para que as lutas revolucionárias possam, pelo menos, recobrar fôlego e vislumbrar êxito.

A sociedade capitalista tem as suas leis de desenvolvimento: os economistas as inventaram, os governantes as aplicaram e os operários as sofreram. Mas as leis de desenvolvimento da classe operária, quem as descobrirá? O capital tem a sua história e os seus historiadores a escrevem. Mas a história da classe operária, quem a escreverá? Muitas são as formas de domínio político da exploração capitalista. Mas como se chegará à próxima forma de ditadura dos operários, organizados em classe dominante? (Tronti, 2006: 87)

Como vemos, se não se trata de produzir crítica da ideologia burguesa ou de elaborar uma ideologia operária, tampouco é o caso de só se fixar no desenvolvimento capitalista; crucial é aprender a vê-lo sob a perspectiva *política* da classe operária. Daí ser tão significativo o mea-culpa de Tronti ao propor um recomeço.

Nós também vimos primeiro o desenvolvimento capitalista, depois as lutas operárias. É um erro. Cumpre inverter o problema, mudar o sinal, recomeçar do princípio: e o princípio é a luta de classe operária. (Tronti, 2006: 87)

É um mundo novo, todo um continente ignoto que precisa doravante ser desbravado de uma nova perspectiva. O novo discurso tem o condão de reverter as



aparências, conferindo novos parâmetros para a compreensão do processo histórico sob o capitalismo. Pensar a luta no nível mais alto implica deixar de lado a ideia de que ela se tenha tornado impossível porque o capital teria tudo dominado; tomando as coisas por outro ângulo, cumpre redescobrir, salientar e analisar a força constituinte da classe operária e de *sua* verdade. Nesse sentido, ainda em paralelo com a revolução copernicana, podem-se considerar as lutas e o conflito como um verdadeiro *transcendental* operáista, ou seja, aquilo que, no rigor do uso do termo por Kant (1985: 53), dá as condições da própria experiência, aprioristicamente, em oposição ao meramente empírico e meramente observado – recordemos a precisão de Tronti (2005: 307) que citamos ao início: o operáismo é “uma cultura e uma prática do conflito”. Desse modo, por fim, entendemos que daí derive uma inegociável exigência metódica: “é o discurso político que deve verificar a correção das experiências particulares; e não o inverso” (Tronti, 2006: 92).

É sob a guia dessa revolucionária inversão de princípio que se necessita tudo recomeçar, partir de novo, *ripartire*, anuncia Tronti com uma formulação de sutil sabor maquiaveliano: redescobrir o princípio que está sob o processo conflitivo, no caso a luta de classes e o sujeito operário, e a tal princípio reconduzir todo o desenvolvimento do capitalismo. É a partir do ponto de vista operário que o desenvolvimento capitalista começará a ser *re-analisado*, *re-compreendido*, de maneira efetivamente operáista.

É o mesmo ponto de vista, ainda, que afasta o risco de perder-se o analista nos meandros do imaginário utópico, abandonando qualquer objetividade. O perigo seria incontornável se não fosse justamente a classe operária o sujeito constituinte do sistema. O que é isto que chamamos de capitalismo? Um conjunto de aparelhos de poder, um estado, um desenvolvimento específico, meios de produção, etc. Um sistema, em suma. Mas também, é preciso jamais esquecer, um sistema produzido pelos homens, ainda que não tenham individualmente escolhido a sua forma presente, como alertava o *18 de Brumário*. Defronte essa ampla verdade é que se precisa estimar a situação particular da classe operária no capitalismo avançado: paradoxalmente, sua ação antagônica ativa o motor do capitalismo e assim, de alguma maneira, molda as suas estruturações e reestruturações à guisa de respostas *políticas* às lutas contra o capital. Nesse sentido, a ideia de inconsciência das escolhas e dos efeitos de sua ação concerne tanto mais à classe operária que aos capitalistas. Estes, com efeito, como classe, muito cedo trataram de forjar um plano (um conceito chave de *Operários e capital*), o *plano do capital* que “nasce antes de tudo da necessidade de fazer a classe operária funcionar *como tal* dentro do



capital social” (Tronti, 2006: 58). Ora, precisamente por encontrar-se no âmago desse plano capitalista é que a classe operária tem a capacidade de, desde dentro, revirá-lo contra o próprio programa capitalista, dando forma ao que Tronti denomina “um plano político de resposta operária”, o qual nascerá graças ao exercício, da parte operária, de um “*um poder de decisão sobre os movimentos do capital*” (Tronti, 2006: 79, 23). Em poucas palavras, a luta deve condizer com a situação da própria classe operária no capital: *ao mesmo tempo ela está dentro e está contra* – e não, veja-se bem, como preconizava o grupo de Panzieri, adequar-se ao nível do desenvolvimento capitalista.

Como se realizará isso? Eis o maior problema. Ressaltemos mais uma vez: toda a questão se encaminha para o nível político (o economicismo, já ensinava Marx, é uma vulgaridade que só interessa ao burguês), e por isso não espanta que a luta se deva dar sob a égide de Lênin, que como ninguém abordou o intrincado problema da organização, essa espécie de geometral da revolução que constitui “o ponto mais difícil” e cuja investigação se impõe com urgência.

É preciso partir à descoberta de uma organização política não de avançadas vanguardas, mas de toda aquela inteira massa social compacta em que se tornou, no período da sua alta maturidade histórica, a classe operária: justo por essas características, a única força revolucionária, que controla, ameaçadora e terrível, a ordem presente. (Tronti, 2006: 93)

De Tronti a Negri

Embora um texto curto e quase de ocasião, redigido para servir de programa ao grupo da revista *Classe operaia*, “Lênin na Inglaterra” é um daqueles trabalhos excepcionais que, ao cabo de uma elaboração pessoal, conseguem concentrar e emblemar as questões de toda uma época a partir de um ponto de vista específico, no caso o núcleo duro do operáismo, suas inovações e sua radicalidade – muitos não hesitariam em dizer que, por isso mesmo, apresenta as maiores falhas dessa corrente, mas tomaremos a liberdade de deixar isso de lado. De fato, não há como exagerar a importância dessas poucas páginas para a reflexão posterior – tanto na Itália dos anos 60-70 quanto para a mais recente redescoberta do operáismo e da filosofia italiana do século XX que alguns passaram a denominar (*ahimè*, mais rótulos) *Italian Theory* ou *Italian Difference*, cuja marca é o veio esquerdista, ou de modo mais elegante, em latim, a *sinisteritas* (cf. Gentili, 2012) –, graças à atitude fundamental de, a partir de Marx, inverter o ponto de vista analítico,



determinando a prioridade da classe operária no processo histórico de formação e desenvolvimento do capital.

Permitamo-nos, uma derradeira vez, citar um resumo muito preciso da tese central de Tronti e que patenteia a impressionante amplitude de sua aplicação:

Propor hoje uma reviravolta de prioridade histórica entre capital e trabalho, começar a ver o capital como *função* da classe operária, ou, mais precisamente, o sistema econômico capitalista como um momento de desenvolvimento político da classe operária, despedaçar portanto e ressaltar na investigação a história subalterna dos movimentos operários, para recuperar na prática a possibilidade de impor com força ao capital os seus próprios movimentos: tudo isso não é metodologicamente diferente daquilo que Marx mesmo fazia, quando assumia com sua a lei do valor-trabalho, e a interpretava, a levava a acabamento, a fazia servir aos seus fins, que não eram aqueles exclusivos da sua análise, mas aqueles abrangentes da luta da sua classe. (Tronti, 2006: 221-222)

É suficiente ler essas linhas – cujo entorno prático e teórico buscamos reconstituir neste artigo – para estimar com justeza a centralidade de Tronti na obra negriana. Sem “Lênin na Inglaterra”, por exemplo, seria inconcebível o texto do jovem Negri (2020) de meados da década de 1960, seminal para *Império* (Hardt; Negri, 2005: 262 e seg.) e não sem razão traduzido na primeira obra conjunta de Hardt e Negri (1994: cap. 2), sobre a renovação teórica keynesiana no pós-1929 e o papel que a classe operária aí desempenha motivando a forma de Estado particular que o capitalismo adota após a Segunda Guerra: o Estado-plano. Entende-se assim por que Negri não teve dúvida em concluir *Crise do Estado-plano*, de 1971, declarando para quem quisesse ouvir: “Temos presente a complexidade da movimentação do processo revolucionário e as modificações de classe que o sustentam e lhe definem a natureza. Pela segunda vez para nós é atual ‘Lênin na Inglaterra’” (Negri, 2006: 59). No que tange aos trabalhos mais recentes de Negri, igualmente, o lugar de “Lênin na Inglaterra” é proeminente. Em *Império*, Tronti é mobilizado para pensar as “alternativas dentro do Império”, já que o foco analítico adotado, uma vez que não há nada fora do capitalismo e já não existem “elos fracos”, ideia que estava no “coração das táticas da Terceira Internacional” e orientava as lutas mundo afora, deve orientar-se precisamente pela inovadora teoria do “elo mais forte” e pela ideia de que são as lutas contra o sistema que determinam os movimentos do próprio sistema (Hardt; Negri, 2005: 77 e nota 19); da mesma forma, ele é celebrado como aquele que teve o mérito de ter descoberto que “a classe operária era [...] o motor de todo desenvolvimento através da luta” (Negri, 2003: 39).



Em suma, toda a análise da modernidade empreendida por Hardt e Negri na trilogia constituída por *Império*, *Multidão* e *Comum* depende basilarmente das formulações trontianas (mesmo quando discordam de Tronti, o fazem num plano dado pelas análises dele). Onde Negri anuncia, como em nossa epígrafe, “de novo descobrimos...”, poder-se-ia ler, pastichando o dito de 71 há pouco citado: “pela enésima vez para nós é atual ‘Lênin na Inglaterra’”. É por que não nos parece errôneo ajuizar que, sem esse brilhante texto trontiano, não existiria a trilogia; quiçá não existisse nem sequer o conceito crucial de multidão, ao menos não como disseminou-se (talvez até demais) após ter vindo à tona graças a uma surpreendente aliança entre a classe operária operaísta-trontiana e o arcabouço ontológico espinosano, como se Espinosa oportunamente fornecesse uma ontologia apta a sustentar as ousadias trontianas (ver Santiago, 2019). A incisiva e espantosa afirmação que citamos ao início de nosso texto pode servir, contanto que tenhamos em mente tudo o que lhe subjaz na trilogia de Hardt e Negri, de emblema da brilhante armação teórica que citamos de início: “a multidão exigiu o nascimento do Império”. Como? De que forma? Por quê? *Tronti explica*. Nosso intento aqui não foi outro senão patentear esse fato.

Referências

- CASTRONOVO, V. *FIAT: Una storia del capitalismo italiano*. Milão: Rizzoli, 2005.
- GENTILI, D. *Italian Theory: Dall’operaismo alla biopolitica*. Bolonha: Il Mulino, 2012.
- GINSBORG, P. *Storia d’Italia dal dopoguerra a oggi*. Turim: Einaudi, 2006.
- HARDT, M.; NEGRI, A. *Império*. Trad. B. Vargas. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- HARDT, M.; NEGRI, A. *Labor of Dionysus: a Critique of the State-Form*. Mineápolis: University of Minnesota Press, 1994.
- LANZARDO, D. *La rivolta di Piazza Statuto*: Torino, luglio 1962. Milão: Feltrinelli, 1979.
- LÊNIN, V.I. *Que fazer?* Trad. R.P. Goldoni. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- LIMONCIC, F. *Os inventores do New Deal: Estado e sindicatos no combate à Grande Depressão*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- MARX, K. *Grundrisse: Manuscritos econômicos de 1857-1858, Esboços da crítica da economia política*. Trad. M. Duayer e N. Schneider. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011.
- NEGRI, A. *Guide: Cinque lezioni su Impero e dintorni*. Milão: R. Cortina, 2003.
- NEGRI, A. *I libri del rogo*. Roma: Derive Approdi, 2006.



NEGRI, A. John M. Keynes e a teoria capitalista do estado em 1929. Trad. J. Viel e H. Santiago. *Cadernos de ética e filosofia política*, vol. 2, nº 37, 2020, p. 221-248; disponível: <https://www.revistas.usp.br/cefp/article/view/166880>

NEGRI, A. *La forma stato: Per la critica dell'economia politica della Costituzione*. Milão: BCDe, 2012.

NEGRI, A. *Marx além de Marx: Ciência da crise e da subversão*. Caderno de trabalho sobre os *Grundrisse*. Trad. B. Cava. São Paulo: Autonomia Literária, 2016.

SANTIAGO, H. Um conceito de classe. In: SANTIAGO, H. *Entre servidão e liberdade*. São Paulo: Politeia, 2019, p. 199-226.

TRONTI, M. Entrevista. In: BORIO, G.; POZZI, F.; ROGGERO, G. *Gli operai: Autobiografie di cattivi maestri*. Roma: Derive Approdi, 2005, p. 289-307.

TRONTI, M. “Lênin na Inglaterra”. Trad. H. Santiago. *Cadernos de ética e filosofia política*, São Paulo, nº 29, 2016, p. 157-163; disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cefp/article/view/124494>

TRONTI, M. “Lo sciopero alla FIAT”. In: TROTTA, G.; NILANA, F. (org.). *L'operaismo degli anni Sessanta: Da “Quaderni rossi” a “Classe operaia”*. Roma: Derive Approdi, 2008, p. 194-197.

TRONTI, M. *Operai e capitale*. Roma: Derive Approdi, 2006.

WRIGHT, S. *L'assalto al cielo: Per una storia dell'operaismo*. Trad. W. Montefusco. Roma: Edizioni Alegre, 2002.

Sobre o autor

Homero Santiago nasceu em São Paulo; fez graduação, mestrado, doutorado e livre-docência no Departamento de Filosofia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, onde é professor de História da Filosofia Moderna desde 2004. Entre outros textos, publicou: *Espinosa e o cartesianismo* (São Paulo, Humanitas, 2004), *Amor e desejo* (São Paulo, WMF Martins Fontes, 2011), *Entre servidão e liberdade* (São Paulo, Politeia, 2019). Na editora Autêntica, coordena as coleções “Espinosa” e “Escritos de Marilena Chauí”.

Créditos de autoria

O autor é o único responsável pela redação do artigo.

Declaração sobre conflito de interesses

Não há possíveis conflitos de interesse na realização e comunicação das pesquisas.

Informações sobre financiamento

Esta pesquisa não foi realizada com financiamento.

Declaração de Disponibilidade de Dados

A disponibilidade de dados não se aplica a este artigo, pois nenhum dado/novo dado foi criado ou analisado neste estudo.

Editores Responsáveis pela Avaliação e Editoração

Carolina Alves Vestena e Bruna Bataglia.

